

IN MEMORIAN

CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO NO VALE DO TAPAJÓS: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES EM FORDLÂNDIA/PA

CONSERVATION OF CULTURAL HERITAGE AND TOURISM IN THE TAPAJÓS VALLEY: PERSPECTIVES AND POSSIBILITIES IN FORDLÂNDIA/PA

Sahyra Soares Figueira¹

Silvia Helena Ribeiro Cruz²

Raul Ivan Raiol de Campos³

Resumo: Na década de 1920, Fordlândia foi um grande empreendimento no Tapajós concebida para atender as necessidades da indústria automobilística da Companhia Ford. Ressaltar a importância da conservação do seu patrimônio cultural, assim como a importância do turismo para o desenvolvimento de Fordlândia é objetivo deste artigo, que utilizou como embasamento pesquisas bibliográfica, documental e pesquisa de campo, com técnica qualitativa com observações e entrevistas. O referido estudo aponta como resultados a necessidade de maior incentivo, capacitação e orientação da população de Fordlândia no que diz respeito à conservação do seu patrimônio. Estas tarefas podem ser associadas

¹ Turismóloga pela Faculdade de Turismo da UFPA (FACTOR). Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso em 2017, sob orientação da Profa. Dra. Silvia Helena Ribeiro Cruz. Este manuscrito é publicado *in memoriam* de Sahyra Soares Figueira.

² Professora Dra. da Faculdade de Turismo da UFPA (FACTOR) e orientadora da Sahyra Soares Figueira. E-mail: scrucz@ufpa.br

³ Professor Dr. da Faculdade de Turismo da UFPA (FACTOR) e membro da banca de avaliação da Sahyra Soares Feitosa. E-mail: raulcampos@ufpa.br

a ações de educação patrimonial com o turismo, podendo ser aliadas à informação e à conservação patrimonial, com possibilidade de ser um agente de transformação quando bem planejado, criando nas pessoas um orgulho pertencer àquela comunidade. Ao criar-se o sentimento de pertencimento, o turismo pode se valer de ações que visem a criar nas pessoas a consciência de maior zelo e proteção do seu patrimônio cultural. A conservação do patrimônio cultural de Fordlândia se faz necessária e urgente, sendo este o meio mais eficaz para evitar a degradação destes bens. Embora Fordlândia ainda tenha um turismo sem planejamento reúne no seu patrimônio e sua história, condições de se tornar de modo oficial um roteiro cultural no Tapajós, sendo necessário para tal, maiores investimentos no que diz respeito à infraestrutura, sendo importante garantir melhorias não só aos turistas, mas à população como um todo.

Palavras-chave: Fordlândia. patrimônio cultural. turismo. conservação.

Abstract: In the 1920s, Fordlândia was a major venture in Tapajós designed to meet the needs of the Ford Company's auto industry. Highlighting the importance of the conservation of its cultural heritage, as well as the importance of tourism for the development of Fordlândia is the objective of this article, which used bibliographical research, documentary and field research as a base, with a qualitative technique with observations and interviews. This study indicates as results the need of greater incentive, qualification and orientation of the population of Fordlândia with respect to the conservation of its heritage. These tasks can be associated with heritage education actions, with tourism being an excellent ally in information and heritage conservation, with the possibility of being a transforming agent when well planned, creating pride in the people belonging to that community. By creating the sense of belonging, tourism can use actions that aim to create in people the awareness of greater zeal and protection of their cultural heritage. The conservation of the cultural heritage of Fordlândia is necessary and urgent, and this is the most effective way to avoid the degradation of these cultural objects. Although Fordland still has unplanned tourism, it has, in its heritage and its history, the conditions to officially become a cultural route in the Tapajós, being necessary for this, greater investments with respect to its infrastructure, being important to guarantee not only improvements to tourists, but for its population as a whole.

Keywords: Fordlândia. heritage. tourism. conservation.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia sempre despertou interesse do grande capital, seja por sua grande biodiversidade, com sua flora e sua fauna, seja pela grande riqueza guardada em seu subsolo, como as jazidas minerais. Grandes empreendimentos instalaram-se na região, como o Projeto Jari, com a indústria de celulose, o Projeto Carajás, o Projeto Calha Norte, entre outros. Na década de 1920, um pedaço da Amazônia, situado na região do Tapajós, despertou interesse do magnata Henry Ford, que tinha como objetivo plantar seringueiras (*Hevea brasiliensis*) na região para a produção de látex para a sua indústria automobilística, a fim de escapar do monopólio inglês, e dos altos custos da borracha na época.

Henry Ford comprou grande extensão de terra no vale do Tapajós, posteriormente chamada de Fordlândia, transformando-a em uma cidade próspera, com infraestrutura arrojada, com usinas, residências, hospital e tudo que fosse necessário para viabilizar o projeto de plantio de seringueiras. Sem o conhecimento prévio do clima e do relevo da região, e com o plantio ordenado de seringueiras, favorecendo assim pragas, o projeto fracassou devido ao chamado “*mal das folhas*” que acometeu os seringais, e aos problemas relacionados à mão de obra. Com o fracasso, a Companhia Ford Industrial do Brasil repassa ao governo brasileiro, em novembro de 1945, a responsabilidade e o domínio pelas terras de Fordlândia, com toda a sua infraestrutura e equipamentos. Posteriormente foi transferida para o município de Aveiro, no Pará, a responsabilidade administrativa de Fordlândia.

A partir do momento em que foi entregue ao governo brasileiro, seja na esfera federal ou municipal, Fordlândia começou a viver um período de declínio e abandono, com o seu patrimônio cultural sendo deteriorado e dilapidado seja pela ação do tempo, seja pela ação do ser humano. Mostrar a importância da conservação do patrimônio cultural de Fordlândia, ressaltando a sua história, o seu patrimônio e sua relação

com o turismo, a fim de sensibilizar a sociedade para a conservação deste patrimônio é objetivo, assim como analisar a importância do turismo para o desenvolvimento de Fordlândia, verificando a conservação do seu patrimônio cultural. Para o alcance dos objetivos, seguiu-se os procedimentos e as técnicas metodológicas da pesquisa bibliográfica, documental e da pesquisa de campo com técnica qualitativa, com observações e entrevistas para o embasamento do trabalho realizado.

Assim, o estudo demonstrou que os espaços e a infraestrutura existentes com valor histórico e patrimonial são capazes de congregam o que de há de mais rico em termos de memória e informações que, se aproveitadas, podem se adequar ao planejamento e ao desenvolvimento do turismo, tendo como princípio a conservação do patrimônio. O patrimônio, assim, pode vir a ser um elemento de fortalecimento das localidades e do turismo quando bem planejado, promovendo as interações entre os turistas e a comunidade. A conservação dos bens culturais, por sua vez, serve de atrativo para que o turismo aconteça, pois sem a devida conservação do patrimônio não há o que se mostrar aos turistas, daí a importância das políticas públicas voltadas à conservação e à preservação do patrimônio cultural.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS CONCEITUAIS

2.1 Turismo

Para subsidiar o estudo, fez-se uma revisão teórica das categorias analíticas turismo, patrimônio cultural e conservação. Quando se fala em turismo, vêm a ideia de deslocamento, e o ato de deslocar-se sempre esteve presente na vida do homem. Seja para procurar alimento, ou para procurar melhores abrigos, lá estava o homem a ir de um lugar para outro em busca de melhores condições de vida e sobrevivência. Com o passar do tempo, surgiram equipamentos que favoreceram o deslocamento humano.

“Antes da viagem de trem, os turistas tinham que se deslocar a cavalo ou carruagem” (WALKER, 2002, p. 35). Depois da ferrovia, o surgimento do automóvel contribuiu para o aumento das viagens e do turismo, assim como o surgimento do transporte aéreo e os navios de cruzeiros.

Todos estes mecanismos de transporte vieram a facilitar e a tornar viável uma atividade que cresce cada vez mais entre as diversas camadas da sociedade, o ato de viajar e de fazer turismo, seja este turismo dentro ou fora de um país, sendo que, na Antiguidade, o turismo estava atrelado às camadas mais elevadas da sociedade, em que os jovens eram instruídos com base no que era chamado de “*o grand tour*”, atividade esta que incluía viagens longas, por aproximadamente três anos, em que os jovens viajam a lugares como Roma, Grécia e Paris a fim de conhecerem *in loco* grandes obras arquitetônicas, assim como obras da pintura, da escultura, da literatura.

Com o advento da Revolução Industrial, novos meios de deslocamento tornaram mais acessível a população em geral o acesso às viagens, aumentando assim, o número de pessoas dispostas a viajar e a conhecer novos lugares, cabendo a Thomas Cook organizar a primeira viagem do chamado “turismo moderno”, em 1841, sendo providenciado desde a passagem, assim como a hospedagem e a alimentação dos viajantes, sendo que o termo turismo recebeu diversas denominações ao longo do tempo. Para alguns autores, a atividade do turismo não implica apenas deslocamento, mas também promove inter-relações entre os turistas e a comunidade receptora, gerando ganhos em vários aspectos, seja ele de ordem econômica, cultural entre outros, sendo que o turismo é:

Um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivo de recreação, descanso, cultural ou saúde, se deslocam de seu lugar de residência habitual a outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (PADILHA *apud* DIAS, 2006, p.10).

Com o passar do tempo, o turismo foi se diversificando, de modo a ser dividido em segmentos, como forma a atender os mais variados públicos. Há o turismo em saúde, turismo de negócios, turismo rural, turismo cultural, entre outros, sendo o turismo cultural um segmento que possibilita o crescimento da atividade do turismo em virtude da grande diversidade cultural a ser explorada, como a gastronomia, as festas religiosas, os eventos culturais, as visitas a sítios históricos e outras. Conforme Dias (2006, p. 39):

[...] turismo cultural é uma segmentação do mercado turístico que incorpora uma variedade de formas culturais, em que se incluem museus, galerias, eventos culturais, festivais, festas, arquitetura, sítios históricos, apresentações artísticas e outras, que, identificadas com uma cultura em particular, fazem parte de um conjunto que identifica uma comunidade e que atraem os visitantes interessados em conhecer características singulares de outros povos.

O turismo “dito” histórico, por sua vez, é um dos segmentos do turismo cultural que cada vez mais atrai o interesse de pessoas. No Brasil, a cidade de Ouro Preto (MG) representa este tipo de turismo, assim como o Pelourinho, na cidade de Salvador (BA). Milhares de pessoas visitam esses locais, interessadas não apenas em tirar fotografias dos belos prédios, mas também com interesses na sua gente, na sua história, sendo que em muitos lugares o turismo cultural é visto como um meio de conservação do patrimônio cultural, uma vez que os turistas vão atrás daquilo que é singular, peculiar, do que só existe naquele lugar. Se o bem cultural não é preservado, não há turismo, e também não há receita para o município ou para a comunidade.

Nem todos os gestores públicos têm essa visão de conservação. Alguns apenas usufruem da renda obtida com a visitação aos prédios e aos monumentos históricos, sem dar retorno de conservação do bem em questão. “O turismo cultural deve ser visto pelos órgãos de preservação, como um meio de arrecadar recursos para a manutenção de lugares e

manifestações, assim como um instrumento de informação do público visitante” (GODEY, 2002, não paginado), ou seja, além de ser revertido para o próprio bem cultural, deverá também ser direcionado para conscientizar o público visitante da importância daquele bem, evitando assim, a degradação futura.

Entre as diversificações do turismo cultural, está aquela relacionada ao patrimônio cultural. Na convenção do patrimônio mundial da UNESCO, realizada em 1972, define-se patrimônio cultural como conjunto de edificações separadas ou conectadas, os quais por sua arquitetura, homogeneidade ou localização na paisagem, sejam de relevância universal do ponto de vista da história, da arte ou das ciências. O patrimônio cultural já foi sinônimo de obras monumentais, grandes prédios, grandes obras relacionadas à pintura e à escultura. Hoje, o conceito de patrimônio cultural é mais amplo, abrigando não só os bens tangíveis, como os também os intangíveis. O saber do homem também foi valorizado. “Há consenso que a noção de patrimônio cultural é muito mais ampla, que inclui não apenas os bens tangíveis, como também os intangíveis [...]” (BARRETO, 2000, p. 11).

Os bens feitos pelo homem, assim como o seu saber, o modo de fazer, o conhecimento transmitido por via oral em uma comunidade passam a ser valorizados como bens culturais, antes restritos aos prédios e aos monumentos. A partir do momento em que o patrimônio cultural ganha destaque em uma comunidade consciente da importância deste bem, surge a preocupação de protegê-lo, a fim de que ele não seja degradado. Para que isso se torne uma realidade, é necessário que gestores do patrimônio cultural criem medidas de preservação e conservação daquele patrimônio, seja por meio de leis como a de isenção de IPTU, incentivos fiscais ou adequações e projetos que visem a proteção daquele patrimônio.

Muitos governos municipais, por exemplo, isentam de taxas de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) moradores de prédios antigos, considerados patrimônio. Outros gestores lançam linhas de financiamento

para a conservação do patrimônio cultural, ou buscam apoio junto a empresas que financiam projetos de apoio ao patrimônio. À medida que se torna uma importante atração turística, o patrimônio cultural obtém com mais facilidade fundos para a sua manutenção, os quais podem ser originários de taxas pagas pelos turistas e pelos residentes, ou obtidos junto aos organismos que se sensibilizam pela sua importância como gerador de desenvolvimento econômico junto à comunidade.

Quando bem planejado, o turismo proporciona as mais diversas contribuições no âmbito cultural. O turismo pode ser um estímulo importante à preservação e à conservação da herança cultural de uma localidade, região ou país, pois se justifica como necessário para manter um atrativo turístico que gerará receitas à comunidade como um todo, e para a própria manutenção do patrimônio cultural. O turismo promove o intercâmbio de diferentes culturas, com o contato entre turistas e residentes locais, que resulta em mais compreensão e respeito mútuo, tolerância em relação a valores, hábitos e costumes diferentes, com aceitação da pluralidade cultural (MOLETTA. 2001).

Ainda de acordo com Moleta (2001), o turismo fortalece a identidade cultural, pois ao se colocarem em contato, as culturas dos turistas e residentes são colocadas em um plano de comparação mútua, em que ficam claras as diferenças. Disto pode emergir o sentimento de pertencer a um grupo social particular, sendo criado um sentimento de orgulho de pertencer a algo singular, que passa a ter valor com o turismo. O turismo cultural pode provocar melhoria na infraestrutura como um todo, como água, luz, telefone e estradas em uma comunidade, uma vez que haverá maior uso destes serviços. O turismo cultural também promove um efeito multiplicador na comunidade receptora, com o aumento de consumo de vários serviços, que vão desde a alimentação até o transporte, gerando receita para a comunidade em questão.

2.2 Patrimônio cultural: origem e trajetória

Etimologicamente a palavra patrimônio se refere ao pai de família, pátria (MEIRA, 2004). Na sociedade romana, o termo patrimônio significava tudo que estava sob o domínio do pai, ou seja, tudo o que poderia ser legado como por testamento, inclusive, as pessoas (FUNARI; PELEGRINI, 2006). Portanto, o conceito de patrimônio que surgiu era patriarcal, individual e privativo da aristocracia; portanto, não existia patrimônio público (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Contudo, o caráter simbólico e coletivo (religioso) do patrimônio surgiu quando o Cristianismo passou a ser difundido, com o predomínio da Igreja Católica na Antiguidade tardia (séculos IV-V) e na Idade Média (séculos VI-XV). O culto aos santos e a valorização das relíquias deram sentido de patrimônio coletivo, embora o caráter aristocrático do patrimônio se mantivesse, mas que fugiram ao seu controle. A reação das elites foi monumentalizar as igrejas, que continuaram sendo patrimônio coletivo, mas eram aristocráticas (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Porém, a concepção moderna de patrimônio cultural originou-se com o surgimento do Estado-Nação, cujo marco histórico foi a Revolução Francesa. A França era um reino de direito divino, destruído pela Revolução Francesa. O Estado-Nação inventou os cidadãos que passaram a compartilhar os mesmos valores, costumes, língua, cultura, origem e território. Políticas educacionais, por meio da introjeção ou da doutrinação, foram usadas para difundir o sentimento de pertencimento a uma nação (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

A partir da Revolução Francesa, o patrimônio enquanto termo que significava bens herdados ou legado do pai (ou da família) passou a ser representado paternalmente pela figura do Estado-nação, e o filho passou a ser representado pelo povo francês. Logo, os bens patrimoniais pertencem ao povo (CAMARGO, 2002). Neste sentido, os primeiros atos foram incorporar os bens da coroa e do clero à nação, estabelecer

as primeiras medidas de proteção dos monumentos (Comissão de Monumentos Históricos em 1830), visto que muitas edificações foram destruídas. Coube aos intelectuais e aos especialistas a tarefa de selecionar os bens que seriam tombados e serviriam de representação simbólica da memória coletiva do povo (CAMARGO, 2002).

O patrimônio buscava homogeneizar o sentido de valor, sendo o valor nacional fundamental, pois estava acima dos valores cognitivos, econômicos e artísticos (CHOAY, 2001). O Estado moderno estabeleceu políticas públicas de preservação do patrimônio histórico com base na elaboração de leis para gestão dos bens culturais.

No Brasil, entre as primeiras tentativas de preservação do patrimônio histórico tem-se a iniciativa de Luís Cedro, em 1923, que propôs a criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil (BRASIL, 1980). O jurista Jair Lins, em 1925, apresentou o projeto para preservação de bens móveis e imóveis de valor histórico e artístico que seriam catalogados tendo preferência a União e os estados. José Wanderley de Araújo Pinho também propôs um projeto de lei que incluía a criação da Inspetoria de Defesa do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional (IDPHAN), cujo objetivo era catalogar e fiscalizar os bens móveis e imóveis (BRASIL, 1980). Todos esses projetos não foram efetivados porque não foram aprovados pelo Congresso Nacional.

Contudo, Barroso (1933) foi um dos intelectuais dessa época que insistiu na proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional. Ele defendia uma legislação e um órgão acautelador do patrimônio contra a destruição da riqueza nacional. Por isto ele propôs a criação da Inspetoria dos Monumentos Nacionais, vinculada ao Museu Histórico Nacional. O presidente Getúlio Vargas instituiu a Inspetoria de Monumentos Nacionais, que foi a primeira instituição oficial brasileira de preservação do patrimônio nacional por meio do Decreto n. 24.735/34 (BRASIL, 1934).

Porém, em 1936 o ministro da educação Gustavo Capanema solicitou a Mário de Andrade que elaborasse um anteprojeto para o Serviço

de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Mário de Andrade inovou, pois diferentemente das primeiras iniciativas que se limitavam somente à preservação de monumentos, ele tinha uma concepção mais ampla de patrimônio, que denominou de Patrimônio Artístico Nacional (PAN). A preocupação de Mário de Andrade era preservar a diversidade cultural e equacionar a relação entre o popular e o erudito (GIOVANAZ, 2002). Por isto, o projeto incluía não somente a arte erudita nacional, mas também a arte popular, arte ameríndia e outras. Entretanto, o anteprojeto de Mário de Andrade não foi efetivado devido ao golpe de estado dado por Getúlio Vargas em 1937, chamado de Estado Novo.

A partir do Estado Novo, a cultura nacional foi apropriada por meio do patrimônio histórico e artístico nacional porque, segundo Gonçalves (1996, p. 63), na visão nacionalista “[...] uma nação é concebida como legítima proprietária de sua cultura”. Esta apropriação ocorreu por meio do tombamento, conforme previa o Decreto-Lei no. 25/1937. Portanto, para o Estado somente era considerado patrimônio histórico e artístico após o processo de tombamento. Deste modo, foram privilegiados os monumentos e as obras consagradas pela elite dominante (FENELON, 1992; MICELI, 1987).

Entretanto, a partir do final da década de 1970, a política de patrimônio cultural que surgiu casou uma ruptura com a política estabelecida pelo IPHAN. Contribuiu para essa nova política a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), núcleo da nova política de patrimônio cultural do Estado. O CNRC foi criado por Aloísio Magalhães em 1975, e, por meio dela, houve ampliação do conceito de patrimônio histórico, chamado de bens culturais, que inclui os bens da cultura popular e das elites. Na verdade, Magalhães fez o resgate do anteprojeto de Mário de Andrade, quando afirma que “[...] tudo isso que a gente traz agora não é novidade. É apenas vamos, dizer, a retomada no momento histórico certo de segmentos que já estavam previstos na antecipação de Mário de Andrade” (MAGALHÃES, 1997, p. 233).

A promulgação da Constituição de 1988 ratificou o que Mário de Andrade e Aloísio Magalhães concebiam sobre a diversidade cultural brasileira. O artigo 216 da Constituição denominou de patrimônio cultural brasileiro bens materiais e imateriais, individuais ou em conjunto dos grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988). Portanto, podem ser considerados patrimônio cultural desde um objeto até uma cidade que tenham referência à memória e à identidade das etnias europeia, indígena e africana, que são formadoras da sociedade brasileira. A Constituição de 1998 estabelece que cabe ao Poder Público e à sociedade a conservação e a preservação do patrimônio cultural.

A preservação e a conservação do patrimônio cultural também encontram respaldo em documentos internacionais pertinentes à Fordlândia. Destaca-se a Carta de Burra, na Austrália, de 1980, que em seu Art. 1. menciona que “[...] a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção; ela pode, igualmente compreender obras mínimas de reconstrução ou adequação que atendam às necessidades ou exigências práticas” (CONSELHO, 1980). A Carta de Burra prevê que um bem tenha uma nova destinação, sem que haja destruição do seu significado cultural. O objetivo da conservação na Carta de Burra é preservar o significado cultural de um bem, adotando medidas de segurança e manutenção, bem como os meios que possibilitem sua destinação futura.

Em muitas cidades que utilizam a lei do tombamento como meio de preservação do patrimônio cultural, as dificuldades para cuidar desses bens são muitas, uma vez que os prédios ficam fechados por longos períodos, não havendo qualquer zelo ou cuidado com o bem em questão, estando o mesmo a mercê da ação do tempo, e sujeito à invasão feitas por pessoas que se dizem sem teto. Existem aqueles proprietários que deixam o prédio virar ruína, uma vez que a especulação imobiliária está sempre presente, valendo mais o terreno em si do que o prédio em questão. Infelizmente esta prática tem acontecido em cidades com patrimônio histórico. No

Pará, mais precisamente em Santarém, vem sendo observado esta prática mais rotineiramente.

A proposta de conservação, por sua vez, tem se tornado mais eficaz no que diz respeito à preservação do patrimônio cultural edificado, por exemplo. Muitas empresas ou lojas transferem seus endereços para prédios históricos, e estes, por sua vez, recebem a manutenção e os cuidados devidos. Uma vez instaladas, as empresas ou lojas cuidarão da conservação do prédio em questão. Segundo Choay (2001, p. 222), “a prática da reutilização deveria ser objeto de uma pedagogia especial. Ela deriva do bom senso, mas também de uma sensibilidade inscrita na longa vida das tradições urbanas e dos comportamentos patrimoniais”.

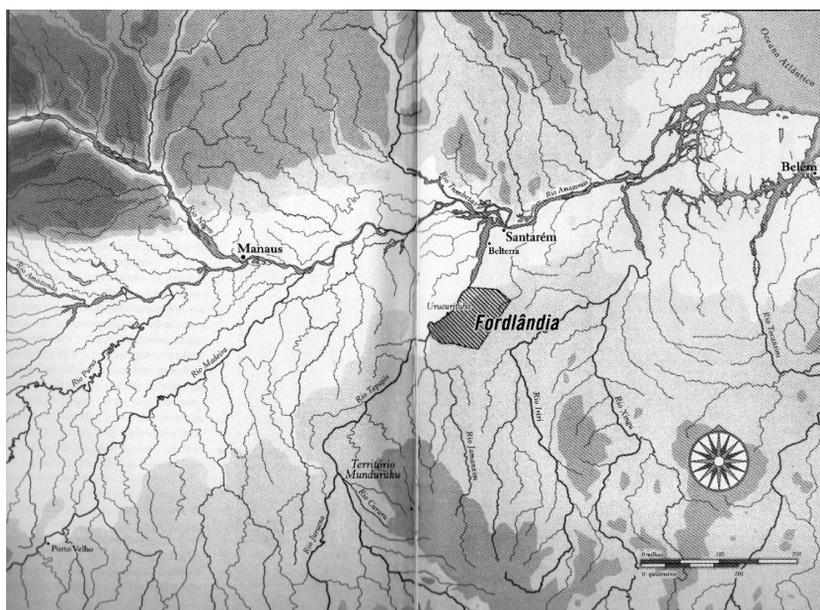
No Pará, mais precisamente na cidade de Santarém, a loja da rede Marisa funciona em um antigo casarão pertencente à família Branco. É o antigo e o novo em perfeita harmonia, no qual as características principais do prédio foram respeitadas pelo novo inquilino. Na Europa, vemos que “instalando-se num extraordinário conjunto de palácios desocupados, a Universidade de Veneza soube ao mesmo tempo respeitar a qualidade de seus espaços, e fazê-lo reviver, para grande deleite de seus alunos” (CHOAY, 2001, p. 222). São os prédios históricos considerados patrimônios culturais, cada vez mais assumindo novas funções, seja por meio das empresas ou das universidades. Achar o equilíbrio entre o patrimônio e o seu correto uso é um desafio para os gestores do patrimônio cultural e para os governos em seus mais diversos âmbitos.

Não basta apenas manter o patrimônio cultural intocável. É preciso achar um modo de tornar viável a sua permanência, sendo ele próprio fonte de renda, para a sua manutenção e conservação. O turismo, por sua vez, assume importante papel no que diz respeito à conservação do patrimônio cultural, seja atraindo turistas, e conseqüentemente divisas para o município ou para a comunidade em questão, ou conscientizando por meio da educação patrimonial, não só os turistas, mas a comunidade como um todo sobre a importância da conservação do patrimônio.

3 SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE FORDLÂNDIA

O município de Aveiro, de acordo com o mapa da Figura 1, localiza-se ao norte do Brasil, e compõe a região Oeste do Pará, na mesorregião do Baixo Amazonas, microrregião de Itaituba. Limita-se ao norte com os municípios de Santarém, Juruti e Belterra. A leste faz fronteira com Santarém e Rurópolis, e ao sul com Rurópolis e Itaituba. A oeste, limita-se com o estado do Amazonas. Cobre uma extensão territorial de 17.074,051 km² e tem população de cerca de 15.953 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Possui os distritos de Aveiro, Brasília Legal, Pinhel, e Fordlândia, que é a denominação dada ao distrito e área adjacente de 14.568 km² no município de Aveiro, no estado do Pará, às margens do rio Tapajós.

Figura 1 - Mapa de Fordlândia



Fonte: GRANDIN, 2010, p. 2.

Aveiro tem clima Equatorial, e tem como principal rio o Tapajós, seguido pelo rio Capuri à margem direita. Alguns igarapés como Parone, Açu, Arara e igarapé Furo do Custódio estão à margem esquerda. Com relação à economia, anteriormente consolidada na borracha, em virtude do empreendimento de Henry Ford, atualmente Fordlândia está assentada na agricultura, na pesca, na pecuária, na comércio e serviços. O transporte tem como principais meios o rodoviário e o hidroviário. A Transfordlândia é a rodovia que liga o município de Aveiro à Santarém-Cuiabá (BR 163), fazendo conexão com outros municípios interligados com a Santarém-Cuiabá. No transporte hidroviário, lanchas e embarcações de médio e pequeno porte fazem o transporte de passageiros. Para este estudo, delimitou-se analisar o distrito de Fordlândia, principalmente pelas sua relevância histórica e cultural, e mais atualmente pelo interesse turístico na área.

O surgimento de Fordlândia se dá pela tentativa de Henry Ford se livrar dos altos preços da borracha, em virtude do plano Stevenson, no qual o governo inglês, detentor do monopólio da borracha, fez restrição à produção de borracha, com o objetivo de elevar o preço da mesma. O então secretário americano Herbert Hoover conclamou os empresários americanos a cultivarem borracha na América Latina, encontrando na pessoa de Henry Ford interesse no projeto. Sabendo do interesse de Ford, José Custódio de Lima, diplomata brasileiro, fez uma visita ao empresário com o aval do governador do Pará, oferecendo concessões de terras e isenção de impostos. Jorge Dumont Villares, sabendo do interesse de Ford, se aliou a funcionários americanos para garantir junto ao governo do Pará uma área de 2,5 milhões de acres no vale do Tapajós, sendo esta área posteriormente mostrada à equipe de Ford, fazendo Villares lucrar U\$\$ 125 mil em terras que seriam doadas pelo governo paraense.

Na concessão da terra, o governo brasileiro exigia que ele plantasse apenas 0,12% da área, dando liberdade para explorar os recursos naturais, incluindo os recursos minerais e hídricos; construir estradas de ferro e rodagem, aeroportos, explorar a navegação fluvial, permitia efetuar

reconhecimentos e explorações para a implantação das vias de transporte; permitia-lhe realizar pesquisas minerais, com os direitos de preferência sobre lavras; dava-lhe o direito de possuir força e segurança próprias; dava-lhe liberdade para criar bancos, assim como o isentava de quaisquer impostos e taxas; garantia-lhe o direito de construir como lhe convinha, não sendo necessária a aprovação de qualquer projeto ou plantas de construções.

A remessa de materiais para a implantação do projeto Fordlândia se deu em 1928 pelos navios Lake Farge e Lake Ormoc. Até junho de 1929, já estava implantada a infraestrutura do projeto que teve início com a construção do barracão central. Depois vieram o porto, o hospital, o almoxarifado, a usina elétrica, a garagem, a serraria, as casas da oficialidade e os barracões para os trabalhadores. Também estavam sessenta tratores de esteira, sendo montado um guindaste para 30 toneladas, uma usina central armada em ferro sobre alicerces de concreto. A geração de força era suprida por duas caldeiras a lenha, com a força de trabalho de 100 homens. A água era aspirada do rio, por um sistema de moto-bombas, que passava por um circuito de esterilização, resfriamento e filtragem. Havia também uma fábrica de gelo, frigorífico, estação de rádio, sistema de esgoto e correios.

Com toda a estrutura montada para o projeto no Tapajós, o empreendimento sofreu revés por causa da mão de obra local e por falta de especialistas para o plantio das seringueiras. O trabalhador local negou-se a se submeter ao sistema fordista de trabalho, com horários, uniformes, cartão de ponto e sirenes de fábrica. Preferia o trabalho livre na natureza, de onde tirava os meios de subsistência. Revoltas chegaram a acontecer em Fordlândia, uma delas foi a “Quebra Panela”, relacionada à alimentação dos peões, em cuja dieta a aveia estava inserida, assim como espinafre, *cornflakes*, arroz e pão integrais, e outras comidas importadas, não sendo oferecidas comidas da região como o peixe, o feijão e a farinha. A insatisfação se deu também pelo fato de os trabalhadores serem servidos por bandejões, fato que também gerou revolta, obrigando os

administradores da companhia a se refugiarem em barcos até a chegada da polícia para a volta da normalidade ao local.

Dados da Companhia revelavam que seriam necessários cerca de 30 mil homens para que o empreendimento prosperasse. Cerca de 3000 homens trabalhavam na Companhia Ford, sendo alto o rodízio de funcionários, pois preferiam trabalhar na agricultura. A falta de especialistas em cultivo de seringueiras contribuiu para o fracasso do projeto. Mais de 95% das sementes plantadas não germinaram, e as que germinaram foram acometidas pelo *mal das folhas*. Somente em 1933 foi chamado um técnico em agricultura que havia trabalhado com seringueiras na Ásia, James Weir. Weir, diante da praga que consumia as árvores, propôs abandonar Fordlândia, e criar nova plantação em Belterra. Em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial e as novas possibilidades para a borracha sintética, e diante dos problemas com a mão de obra e a natureza, a Companhia Ford devolve ao governo brasileiro a concessão das terras no vale do Tapajós.

Da cidade erguida na década de 1930, com todos os aspectos e características de uma típica cidade americana, uma cidade promissora para a época, Fordlândia mantém, mesmo de modo informal, sem ajuda governamental, os galpões, a serraria, a escola, os conjuntos residenciais, o sistema de abastecimento de água, o maquinário e toda a estrutura que a fizeram uma das cidades mais prósperas da região, sendo o enorme galpão envidraçado, local em que funcionava o almoxarifado da Companhia Ford, a primeira grande estrutura que se vê ao chegar a Fordlândia. Hoje não passa de um grande galpão vazio. Os vidros originais do depósito foram destruídos de forma indevida na gestão do prefeito Ranilson do Prado, sendo substituídos por vidros novos, gerando insatisfação na população e gastos desnecessários aos cofres públicos, além de ser uma agressão e falta de cuidado com o patrimônio cultural.

Os conjuntos das casas, em sua grande maioria de madeira, refletem os anos sem qualquer medida de manutenção e conservação.

No conjunto chamado “bangalôs” da Matinha, é visível a deterioração da madeira existente nas casas, chegando a oferecer riscos aos moradores. Algumas casas chegam a ficar com pequenas inclinações por causa da madeira deteriorada. Com um olhar mais atento, se tem observado ao longo dos anos uma crescente “modernização” das casas de madeira, em especial aquelas situadas ao longo da Av. Central. A madeira original das casas está sendo substituída aos poucos por concreto, causando assim, uma descaracterização das casas deixadas pela Companhia Ford, então provocando danos ao patrimônio cultural de Fordlândia.

Figura 2 - Casa de operário



Fonte: Sahyra Figueira, 2013. Pesquisa de campo.

Na Vila Americana, residências construídas para abrigar o *staff* da Companhia Ford, a situação não é diferente. O concreto também faz parte de algumas residências, em substituição à madeira existente como mostra

a Figura 2. Antes tomadas por morcegos, a ocupação das residências, em 2011, por moradores, a convite de Expedito Brito, presidente da Associação dos Moradores de Fordlândia e Adjacências (AMFA) ainda é envolta em muita polêmica. Em reportagem do blog de notícias Elias Júnior, Expedito se defende das acusações de apropriação indevida de patrimônio público. Diz que a atitude de invadir as casas da Vila Americana é uma tentativa de cuidar das que estão abandonadas, e, assim, não deixar que aconteça o mesmo que aconteceu com o hospital que foi destruído e abandonado.

As casas, agora ocupadas por moradores, têm mais possibilidades de cuidados e reparos, pois antes das ocupações ficavam à mercê de chuvas e da ação dos vândalos que destruíam o patrimônio público. Em uma das casas na Vila Americana, conforme a Figura 3, o abandono é total.

Figura 3 - Casa na Vila Americana



Fonte: Sahyra Figueira, 2013. Pesquisa de campo.

O que resta são as paredes e um pouco do piso de madeira. Sem telhado, sem janelas e portas, o cenário é de desolação. Com o mato tomando conta do entorno, em nada lembra a antes equipada casa para abrigar

funcionários. Dos móveis da antiga residência, nada restou. Tudo foi levado por pessoas, que aproveitando-se do abandono da mesma, pegaram os objetos para vender ou para fazer uso próprio. Outras casas estão ocupadas e em melhores condições de conservação, como mostra a Figura 4.

Figura 4 - Casa Vila Americana



Fonte: Sahyra Figueira, 2013. Pesquisa de campo.

A piscina abandonada e o balanço, envoltos por mato, trazem a lembrança daquilo que já foi um dia, equipamentos de diversão para crianças e adultos na Vila Americana. Do clube de golfe, apenas o mato se faz presente. Do chamado Club House, frequentado apenas por estrangeiros de “bom comportamento”, dotado de jogos de *snooker* e outros jogos de salão nada resta. Do salão de festas e do cinema dos operários, a lona onde se projetavam os filmes ainda está erguida como se estivesse à espera da próxima projeção. As paredes do galpão, feitas de madeira, se deterioraram com o tempo, abrindo grandes frestas por onde é possível enxergar o interior do galpão.

Na residência transformada em Zebu Hotel, Figura 5, os móveis de ferro, palha e madeira remetem à decoração tipicamente americana. O telhado na sua parte externa, em uma pequena parte a fim de evitar desabamento, encontra apoio em um pedaço de madeira. A torneira da cozinha tem vazamento de água constante. Em um dos quartos, o lustre decorado se encontra quebrado, e existe um buraco médio no teto que permite a entrada de morcegos no local, o que evidencia a necessidade de conservação de modo urgente. Nos banheiros, os vazamentos estão presentes nas banheiras e nos vasos sanitários. Nos quartos, a iluminação se faz de forma precária, estando a maior parte do tempo fechados, favorecendo deste modo a umidade do local e a proliferação de fungos.

Figura 5 - Zebu Hotel



Fonte: Sahyra Figueira, 2013. Pesquisa de campo.

O Hospital Henry Ford é o retrato do descaso e do abandono. Daquele que um dia já foi o hospital mais equipado da região, chegando a

fazer transplante de pele, quase nada resta. Dos equipamentos, documentos do hospital, só há o registro em fotos, filmes e relatos dos antigos habitantes de Fordlândia. O telhado foi retirado, segundo denúncias do blog Elias Júnior⁴, por funcionários da prefeitura de Aveiro, na administração do então prefeito Ranilson do Prado. Em pé, só as paredes sujas de fezes de morcegos, e os poucos letreiros que nomeavam as alas do hospital. Dos equipamentos do hospital, quase nada resta. Apenas camas de ferro, berços, pequenas mesas que foram deixados no galpão da usina de força se fazem presentes.

Nas antigas usinas de força, o cenário é de abandono. Galpões com os vidros quebrados, estrutura de ferro deteriorada, assim como a estrutura de madeira. No primeiro galpão, grandes estruturas de ferro fazem menção à grande caldeira que existia no local, gerando energia para a localidade. No segundo galpão, máquinas, peças guardadas em pequenas gavetas trazem lembranças da grande movimentação do local, com homens e máquinas trabalhando a todo vapor. Carros e utensílios hospitalares como camas e berços foram abandonados no local. A estrutura de madeira do galpão é precária, oferecendo risco a quem se aventurar a andar no piso superior.

Máquinas que poderiam estar sendo utilizadas, hoje, como o torno, para a fabricação de peças, encontram-se abandonados. Do lado de fora dos galpões, avista-se a antiga serraria da Companhia Ford, hoje com poucas máquinas no local, muito distante daquela que já foi a maior serraria da região, instalada em um galpão de madeira agora castigado pelo tempo. Ferros retorcidos completam a estrutura do galpão. Um pouco mais à frente estão as construções em alvenaria feitas para guardar a madeira para a secagem da mesma. O abandono é total. Hoje são apenas espaços vazios, onde o mato, o lixo e a água empoçada se acumulam.

⁴ Ver: <http://www.eliasjuniornoticias.com.br/2013/09/investigacao-sobre-o-destelha-mento-do.html>

4 O TURISMO EM FORLÂNDIA

O turismo em Fordlândia ainda é realizado de modo informal. Não há por parte da Prefeitura de Aveiro qualquer projeto que objetiva incentivar o turismo em Fordlândia. As pessoas que chegam, chegam em sua maioria por conta própria, ou por meio de contato prévio com o guia de turismo, Sr. Gil Serique. Os motivos das viagens até Fordlândia são os mais diversos. Têm aqueles turistas que chegam com o objetivo de estudo, pesquisa; têm os que chegam para fazer ensaios fotográficos, filmes ou livros nos quais Fordlândia é o tema central. Existe, ainda, os que vão por simples curiosidade de ver de perto o empreendimento que Henry Ford implantou na Amazônia.

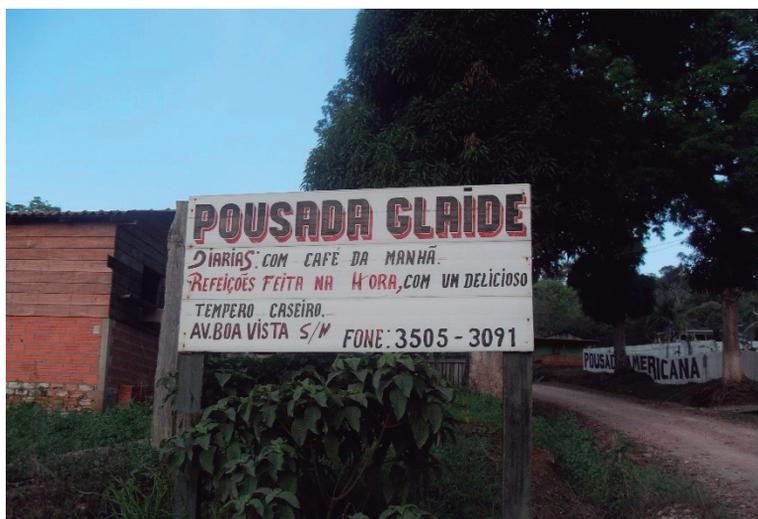
A infraestrutura turística ainda precisa de maiores investimentos. O distrito de Fordlândia possui duas pousadas, a Pousada Americana, na Figura 6, e a Pousada da Glaide, de acordo com a Figura 7. De acomodações simples, elas oferecem café da manhã e refeições. O meio de locomoção em Fordlândia se dá por moto-táxi ou por carro particular alugado previamente, ou no local. Não existe táxis e ônibus para o transporte da população. O transporte de acesso a Fordlândia se dá pela via fluvial, por meio de lanchas ou barcos. As lanchas têm viagem estimada em seis horas, e os barcos de linha têm viagem de cerca de doze horas. Há, ainda, o transporte via rodovia, que se dá pela Santarém Cuiabá e pela Trans-Fordlândia. As referidas estradas carecem de manutenção e pavimentação, e no inverno amazônico chegam a ficar intransitáveis devido aos constantes atoleiros na região.

Figura 6 - Pousada Americana



Fonte: Sahyra Figueira, 2013. Pesquisa de campo.

Figura 7 - Pousada Glaide



Fonte: Sahyra Figueira, 2013. Pesquisa de campo.

O sistema de telefonia é bastante precário, com interrupções e chiados nas ligações, possuindo o distrito somente o sistema de telefonia residencial, sem antenas para uso de telefones celulares. A Internet é oferecida por meio de um cyber, localizado em uma das casas no distrito. Com relação aos gêneros alimentícios, há pequenos mercados que vendem produtos como carne, frango, enlatados e produtos em geral. Muitos produtos, como móveis, tijolos e outros são comprados na cidade de Aveiro, e até em localidades mais distantes como Santarém, sendo transportados em barcos que fazem a linha até Fordlândia. No setor elétrico, a energia é de péssima distribuição, sofrendo a população interrupções constantes no fornecimento deste tipo de serviço.

Com relação ao abastecimento de água, parte do distrito de Fordlândia é servida pela água que é puxada do rio por bomba para ser distribuída à população. Outras residências são providas pela água vinda de poço artesiano, por meio de ligações que as famílias fazem para suas casas. No verão, a população sofre com interrupções no abastecimento de água. Já a segurança é feita por um posto da Polícia Militar instalado em Fordlândia. A população em geral, e os turistas, têm no atendimento à saúde um posto, que tem um médico e uma equipe de enfermagem para os primeiros atendimentos. Os atendimentos de natureza grave são enviados à cidade de Aveiro, e posteriormente a Santarém, em barcos ou “ambulancha”.

Fordlândia tem uma infraestrutura turística ainda a ser trabalhada e melhorada, principalmente com relação ao transporte, à telefonia, aos restaurantes e à energia. Tais serviços poderiam ser trabalhados com mais investimentos se a cidade de Aveiro e o distrito de Fordlândia – inclusive no PAC Cidades Históricas – usufruíssem dos benefícios do referido programa. O maior entrave para que os recursos do PAC Cidades Históricas sejam realmente utilizados por Fordlândia está na falta de organização e no planejamento da Prefeitura de Aveiro para elaborar projetos que visem a conservação, a preservação e a adequação do patrimônio cultural existente

em Fordlândia, assim como melhorias na infraestrutura como um todo. Sem projetos, não há liberação de recursos, e sem a liberação destes, o patrimônio cultural de Fordlândia continua abandonado, e o turismo, feito de modo informal, continua subaproveitado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo proporciona ao ser humano experiências únicas, seja pelas lembranças cultivadas na memória, por meio das fotografias, das visitas a uma localidade, seja pelas relações interpessoais adquiridas durante a estadia na comunidade. O turismo é capaz de transformar lugares quando bem trabalhado. De fazer com que as pessoas sintam orgulho de pertencer a um determinado local. Isto pode acontecer em Fordlândia, se for planejado, mas para isto, é necessário primeiro que a população conheça a história de sua localidade, e, conhecendo, há de crescer dentro de cada um o desejo de preservar a história e o patrimônio local. O turismo pode ajudar com a formação de guias de turismo locais, de modo a levar os turistas a conhecerem o distrito de Fordlândia.

A dinâmica da atividade do turismo e suas orientações responsáveis podem criar nas pessoas a consciência da conservação do patrimônio, sendo importante que os órgãos locais tenham e coloquem em prática projetos de qualificação de guias de turismo, assim como projetos de educação patrimonial, a fim de se evitar a depredação do patrimônio cultural. A instalação de uma biblioteca pública com livros, vídeos, filmes, periódicos, artigos e outros documentos sobre Fordlândia se faz necessária, uma vez que os estudantes e a população em geral têm pouco acesso a informações sobre o distrito e, sem acesso à informação não há conhecimento, sem conhecimento da história de Fordlândia e de sua importância cultural não há o desejo e a vontade de conservar e de preservar. A instalação de placas de sinalização turística é importante, uma vez que são inexistentes em Fordlândia, principalmente nos lugares mais visitados pelos turistas.

As casas na Vila Americana e outras casas da Av. Central, agora ocupadas por moradores locais, podem servir de acomodação e de pousada para os turistas que chegam a Fordlândia, sendo necessária a qualificação e o treinamento por parte dos órgãos envolvidos com o turismo. Uma das possibilidades seria o turismo comunitário, em que os próprios moradores receberiam os turistas, e essas relações interpessoais poderiam ser valorizadas para todos, seja economicamente, seja culturalmente. O treinamento e a qualificação dos moto-taxistas também é importante para o turismo em Fordlândia, uma vez que estes levam os turistas para lugares mais distantes, como a Vila Americana e o Hospital Henry Ford. Ter a habilitação em dia para dirigir moto é imprescindível para oferecer maior segurança a quem utiliza esse meio de transporte.

Embora o Ministério Público Federal (MPF), em Ofício de 9 de janeiro de 2015, em virtude do destelhamento do Hospital Henry Ford, tenha pedido celeridade na conclusão do processo de tombamento de Fordlândia, esta medida na prática não garantirá a conservação e a preservação do patrimônio existente, uma vez que o tombamento garantirá apenas que o patrimônio existente não seja demolido, ou que não sofra intervenção em sua estrutura sem a permissão dos órgãos competentes. Em se tratando de proteção ao patrimônio, a conservação seria mais eficaz, possibilitando novos usos ao referido patrimônio, como transformar o galpão do almoxarifado em local de exposição, palestras e eventos, tendo como tema Fordlândia nos mais diversos aspectos. No galpão da serraria, cursos de carpintaria poderiam ocupar o tempo livre dos jovens interessados no curso, assim como qualificá-los para uma profissão. No galpão da usina de força, um centro comunitário poderia ser instalado.

Fordlândia tem o seu destaque e importância dentro da história do Pará e do Brasil, por ser um dos primeiros locais escolhidos para a implantação de um projeto grandioso, empreendido pela Companhia Ford, que visava combater o grande monopólio inglês de borracha, com

o plantio de seringueiras no vale do Tapajós. Embora o projeto não tenha obtido êxito, ficou um grande legado como patrimônio cultural que merece maior atenção e cuidado dos órgãos responsáveis pela conservação patrimonial no Pará e no Brasil. Os órgãos de turismo, por sua vez, têm em mãos um produto cultural capaz de despertar o interesse em turistas dos mais variados lugares, fascinados pela história, pela cultura e pela natureza de Fordlândia. Trabalhar o turismo em Fordlândia como um aliado a conservação do seu patrimônio é um desafio para os gestores locais, assim como propiciar a conservação deste bem às futuras gerações. No IPHAN está em curso o processo de tombamento, o que poderá garantir certa proteção ao patrimônio cultural de Fordlândia.

A conservação do patrimônio cultural tem se mostrado um dos mecanismos mais eficazes no que diz respeito à preservação da significação dos bens culturais. São prédios, casas, galpões, estações ferroviárias entre outros, que mesmo destinados a novas funções, não perdem a sua significação cultural, tampouco sua importância como patrimônio cultural. O patrimônio assim conservado tem mais facilidade de manutenção, pois a destinação a outra atividade requererá medidas previamente elaboradas de manutenção e de segurança. Uma vez incluso como destino do turismo cultural, o patrimônio passa a ter maiores chances de receber dos governos locais benefícios decorrentes do fluxo turístico, garantindo, assim, os recursos necessários à manutenção do bem patrimonial, isto quando há comprometimento dos gestores públicos e privados com o patrimônio, sobretudo com relação às políticas públicas que visem a conservação do patrimônio cultural.

A população de Fordlândia exerce um papel fundamental na conservação do seu patrimônio, assim como na relação com os turistas. Deixá-la fora desse processo é a garantia de fracasso em qualquer ação que vise a conservação patrimonial, assim como o trabalho do turismo local. É importante que os órgãos locais ligados ao turismo capacitem os moradores que queiram trabalhar com o turismo, em especial aqueles que

possam trabalhar com a conscientização dos turistas e dos moradores a respeito da conservação do patrimônio de Fordlândia. Políticas e projetos públicos também se fazem necessários, a fim de alocar recursos para a conservação do patrimônio em Fordlândia. Ignorar a importância cultural e turística desse distrito é ignorar parte da história e da memória do Brasil, pois sem passado não há futuro. Daí a importância de se conhecer Fordlândia e sua história e sua gente.

O turismo é um instrumento que pode contribuir para a conservação patrimonial em Fordlândia, trazendo não só divisas à manutenção do mesmo, mas criando nas pessoas uma cultura de pertencimento ao local, onde as pessoas das mais variadas idades podem ter maior responsabilidade pela conservação e pelo zelo do patrimônio existente, assim como uma maior busca por conhecimento da história de Fordlândia. O turismo em Fordlândia possibilita às pessoas – por meio das visitas ao patrimônio – uma viagem no tempo, reportando-as ao período da implantação do projeto Ford na Amazônia, em seu pleno funcionamento. Possibilita, também, um contato maior com a natureza, uma vez que a viagem até Fordlândia é um contato com a mata e com os rios. Estes últimos parecem verdadeiros espelhos d'água. Promover a maior integração entre turismo, patrimônio e população visando a conservação patrimonial em Fordlândia é o desafio para os gestores locais, ressaltando a importância da inclusão da população local neste processo, sem a qual não há garantia de sucesso e de retorno, e para qual, deverão ser direcionadas também melhorias infraestruturais que o turismo pode ocasionar, como a melhoria no sistema de água, luz, telefonia entre outros serviços.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papyrus, 2000.

BARROSO, G. Relatório sobre as atividades do Museu Histórico Nacional. *In*: MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Catálogo Geral**. Rio de Janeiro: AS/DG. 1933.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1988.

BRASIL. Decreto n. 24.735, de 14 de julho de 1934. Dispõe sobre a criação da inspetoria de monumentos nacionais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF.

BRASIL. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/FNPM, 1980. 143 p.

CAMARGO, H. L. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002. 102 p.

CAPITALISMO Selvagem: A história de Fordlândia na Amazônia. 2009. **Pesquisa FAPESP**, n. 8, 2009.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Ed. UNESP, 2001

CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001. 282 p.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. **Carta de Burra**. Austrália, 1980.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo. Saraiva, 2006.

FENELON, D. R. Políticas culturais e patrimônio histórico. *In*: O DIREITO à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. p. 29-33.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2006.

GIOVANAZ, M. Mário de Andrade: ativista da preservação do patrimônio cultural do Brasil. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 31, p. 209-217, jan./jun. 2002.

GODEY, Brian. Turismo Cultural. Novos viajantes, novas descobertas. *In*: MURTA, Stela Maris, ALBANO, Celina (org.). **Interpretar o Patrimônio: um exercício no olhar**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2002.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996. 156 p.

MAGALHÃES, A. **E triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 262 p.

MEIRA, A. L. G. **O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora UFRGSA, 2004. 207 p.

MICELI, S. SPHAN: refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, p. 44-47, 1987.

MOLETTA, Vania Florentino. **Turismo Cultural**. 3. ed. Porto Alegre: SEBRAE-RS, 2001. (Série Desenvolvendo o Turismo; 4).

TRIGO, Luís Gonzaga Godoi. **Turismo Básico**. 6. ed. São Paulo, SP: Editora SENAC, 2001.

WALKER, Jonh R. **Introdução à hospitalidade**. Tradução de Élcio de Gusmão Verçosa Filho. Barueri, SP: Manole, 2002.

Acesso 03/06/ 2015

Sites consultados

<http://andrepaxiuba.blogspot.com.br/p/aveiro.html>_Acesso em: 4 jun. 2015.

<http://www.eliasjuniornoticias.com.br/2011/07/presidente-da-comunidade-entra-em-casas.html>_Acesso em: 05 jul.2015.

<http://www.eliasjuniornoticias.com.br/2013/09/investigacao-sobre-o-destelamento-do.html>. Acesso em: 05 jul. 2015.

http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015/arquivos/recomendacao_iphan_1.pdf. Acesso em: 08 jul. 2015.

<http://www.gazetadesantarem.com.br/regional/fordlandia-a-amazonia-americana/>. Acesso em: 10 ago. 2015.

<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/108/imperio-perdido-na-amazonia-1177.html>. Acesso em: 10 ago. 2015.

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150100&search=para|aveiro>. Acesso em: 05 nov. 2015.

Entrevistas

Entrevista Sr. Gil Seriqueem, em 24/07/2013.

Entrevista Sra. Sebastiana Sousa Monteiro, em 24/07/2015.

Texto submetido em 22.04.2021.

Aceito para publicação em 12.06.2021.